

Produzir

Pelo fim dos políticos que produzem atraso

João Sampaio *



A fome de conquistar o poder é o que alimenta a vontade do político brasileiro. Historicamente, o que podemos perceber é que no Brasil os aspirantes a governantes surgem com o interesse de atingir o poder. Poucos são os que iniciam e conduzem carreira na vida pública com objetivo de serem porta-vozes de um conjunto de propostas ou representantes da sociedade. Tendo a ambição pessoal como norte, não conquistam um mínimo de legitimidade perante à população. Sobrevivem e almejam a força e benesses que a hierarquia lhes oferece, porém dificilmente obtêm autoridade, o poder que é considerado legítimo.

Com base nesta tese fica claro observar algumas razões para falhas e falta de políticas públicas consistentes para o desenvolvimento nacional. Se os responsáveis por discutir, elaborar e promover o planejamento estratégico da Nação trabalham para adquirir as vantagens do poder, a construção e gestão do País ficam para segundo plano. Daí para leis que pouco regulamentam, mandos e desmandos, burocracia, má vontade e má fé, insegurança jurídica, despreparo, falta de transparência e foco, inexistência de diálogo com a sociedade e com o setor produtivo e morosidade da Justiça é um passo. Pior que isso. Estão aí os ingredientes da corrupção, com o tempero da impunidade, que formam o caldeirão do atraso. Para ilustrarmos um pouco a obsessão do político brasileiro pelo poder e o que isso acarreta prejuízos para o País basta compilarmos alguns breves números extraídos do noticiário nacional.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), cerca de 2,9 mil pessoas não poderão concorrer nas próximas eleições gerais por estarem sendo acusadas de mau uso do dinheiro público federal. Aproximadamente 100 parlamentares estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal ou terão de dar satisfações sobre algum processo criminal ao Supremo Tribunal Federal. Tem mais. Cerca de 100 congressistas e ex-congressistas estão sendo acusados de ligação com a máfia das ambulâncias. E talvez o caso mais grave de todos seja a denúncia de 40 membros do governo federal por parte do Procurador-Geral da República, por envolvimento em ações criminosas, no caso do mensalão.

Com governantes assim, podemos entender melhor, por exemplo, recente relatório da agência de classificação de risco Moody's acerca do modesto avanço médio do PIB brasileiro nos últimos cinco anos se comparado à média de países com o mesmo *rating* (risco do investimento). O PIB do Brasil cresceu em média 2,2% ante 4,12% das outras nações. Um resultado, ou melhor, falta de resultado, provocado essencialmente pelo elevado gasto público e pelos altos impostos, diz o estudo. O nível de despesas públicas no Brasil e a carga fiscal batem na casa dos 40% do PIB, enquanto que nos países com risco próximo ao do nosso os percentuais médios são de 28% e 25%, respectivamente. Além disso, o nosso nível de recursos públicos para financiamento da produção em relação ao PIB é de 30%, enquanto que nos outros países chega a 50%.

Temos um cenário perverso. O equilíbrio fiscal se deu pelo lado dos impostos. Soma-se a isso o juro elevado, que atrai capital especulativo, e o setor produtivo fica órfão, sem crédito, seja de recursos do Tesouro Nacional ou de possíveis investidores privados para financiar condições para o seu desenvolvimento. É possível, a partir desta percepção, enxergar a agricultura bem no meio do olho do furacão deste Estado paralisante.

É preciso rever a dicotomia de dividir a agricultura em dois módulos. É um preconceito olhar a produção familiar como rival da empresarial, e não como atividades complementares, que se entrelaçam.

O próximo governo terá de assegurar investimentos que garantam a competitividade do agronegócio brasileiro, conquistada pelos ganhos de produtividade gerados pelo avanço tecnológico de nossas lavouras e criações. Terá de investir prioritariamente em defesa sanitária, infra-estrutura e em ferramentas de proteção de renda como o seguro rural, se quiser dar suporte ao setor que vem contribuindo para a reversão das contas do País (entre 1997 e 2005, a agricultura acumulou saldo comercial da ordem de US\$ 155 bilhões) e que responde por 34% do PIB e 37% dos empregos. Esta é a plataforma do setor agrícola para as eleições e que irá se transformar em recado do agricultor para o futuro presidente do Brasil. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira